

# Os mosteiros e a institucionalização do ensino na Alta Idade: uma análise da história da educação

## *The monasteries and the institutionalization of the teaching in the High-Middle Age: an analysis of the history of education*

Terezinha Oliveira

Dra. em História pela UNESP-Assis. Professora do Depto. de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM  
e-mail: teleoliv@gmail.com

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo examinar o papel dos Mosteiros enquanto instituição educativa na Alta Idade Média ocidental, buscando ressaltar a sua importância. A perspectiva adotada nesse exame percorre os caminhos apontados pela história, guiando-nos nas interpretações aqui explicitadas. Com efeito, considerar a construção das leis e das instituições humanas do passado são premissas essenciais para se entender os caminhos que as leis, as instituições e a educação percorrem no presente. Assim, por entender a educação e seus diferentes lugares de realização de saberes, do passado e do presente, como espaços especiais de civilização e de construção de identidades sociais, é que analisaremos, neste trabalho, uma das principais, senão a mais importante, instituições educativas da primeira Idade Média: o mosteiro.

### **Palavras-chave**

História da Educação. Mosteiros. Instituições Educativas. Alta Idade Média.

### **Abstract**

This paper aims at investigating the role of the Monasteries, as centers of education of the Western High-Middle Age, trying to emphasize their relevance to education. The perspective adopted in our analysis travels all over the ways pointed out by history, thus guiding us in the interpretations reported in the present study. In fact, considering the form laws were made and ancient human institutions were constructed enable us to understand laws, institutions and education in the present days. Therefore, based on the assumption that education, and the different places for working the knowledge, either in the past or in the present days, as special spaces for being civilized and for constructing social identities, the focus of this study will be on the analysis of one of the most relevant, or perhaps the most relevant educational institution of the first Middle Age: The Monastery.

### **Key words**

History of the Education. Monasteries. Educational Institutions. High-Middle Age.

Entre um estado histórico novo e o que o antecedeu, não há um vazio, mas sim um estreito laço de parentesco, pois, num certo sentido, o primeiro nasceu do segundo (DURKHEIM, 2002, p. 24)

Estudar a História e a Filosofia da Educação em uma dada época história implica analisar a realidade social, política e cultural que produziu um dado modelo educativo sem omitir o passado que propiciou seu surgimento. Nesse sentido, considerar a construção das leis e instituições humanas do passado é fundamental para se conhecer os caminhos que as leis, as instituições e a educação percorrem no presente.

Assim, partindo do entendimento de que a educação e seus diferentes lugares de realização de saberes, tanto no passado como no presente, constituem espaços especiais de civilização e de construção de identidades sociais, analisaremos uma das principais, senão a principal, instituições educativas da primeira Idade Média: o mosteiro. Nesse exame procuraremos salientar algumas das suas características educativas e que o tornou o espaço especial de preservação da vida, da cultura e da escrita no Ocidente medievo, após o declínio do Império Romano.

Para a análise dessa instituição educativa retomaremos, além de estudiosos da história e filosofia da educação, dois documentos do período que tratam da formação do mosteiro como lócus de preservação da vida e da cultura/ensino. São as regras de São Bento, publicadas no Brasil sob o título Regra de São Bento e o capítulo 30 das Instituições, de Cassiodoro, que versa Sobre os copistas e a recordação da ortogra-

fia. Deste documento, valer-nos-emos da tradução feita por Lauand.

Escolhemos essas duas fontes primárias por julgarmos que elas expressam, com muita clareza, as duas questões que pretendemos examinar neste trabalho: o ensino como elemento essencial à preservação do ser intelectual e a necessidade da existência de um lócus que preserve a vida e, concomitantemente, possibilite a preservação dos saberes antigos, sua memória e, por sua vez, enseje a construção de saberes novos e de novas relações sociais.

A nosso ver, os mosteiros medievais proporcionaram aos homens justamente essas duas coisas, na medida em que se preocuparam em salvaguardar a vida sob seus dois aspectos essenciais: a sua integridade física e intelectual.

Principiemos nossa discussão seguindo os passos dados pelos estudiosos dessa instituição e, com isso, permitiram que a história fosse preservada em nossas memórias.

Segundo os estudiosos da História e Filosofia da Educação, (DURKHEIM, 2002; GRABAMANN, 1949; LAUAND, 1998; PIEPER, 1973; NUNES, 1979), o mosteiro foi o primeiro espaço de organização e preservação dos saberes na Idade Média. Eles salientam que a concepção que temos de um local especialmente destinado à sistematização do ensino e do conhecimento nasceu da idéia cristã de evangelização presente no mosteiro e nas escolas cristãs dessa época. Afiançam que a palavra escolare deu origem não só a escola, mas que o conceito filosófico que norteou o ensino, ao longo do medievo, deriva dessa siste-

matização do conhecimento. Em razão disso recebeu o nome de Escolástica. Desse modo, a instituição escola, os escolares que freqüentavam essas escolas e o filosofar que emanava e, ao mesmo tempo, dirigia o sistema de ensino do período estavam imbricados a ponto de só podermos entender a existência de um em função dos demais.

O estudioso alemão do início do século XX, especialista em Filosofia Medieval, Martin Grabmann, destaca a estreita vinculação existente entre os escolares e o filosofar escolástico.

Por la apariencia y la forma externa, la filosofía cristiana de la Edad Media nos aparece, según lo indica ya el nombre de Escolástica [...]

En la Alta Edad Media scholasticus es el maestro de las artes liberales, de las siete disciplinas libres del Trivium (Gramática, Lógica o Dialéctica, Retórica) y el Cuadrivium (Geometría, Aritmética, Astronomía y Música). La palabra scholasticus tiene también a veces hasta el siglo XII la significación de discípulo o escolar. Más tarde se llama escolástico en general a todo aquel que da enseñanza en las escuelas, especialmente de Filosofía y Teología (GRABMANN, 1949, p. 34-6)

No trecho acima, Grabmann explicita que a natureza do ensino medieval encontra-se diretamente vinculada à sua sistematização na escola, seja ela monástica ou catedraliça. Além disso, é esta sistematização da escola que enseja o surgimento da filosofia cristã denominada Escolástica.

Se em Grabmann verificamos a estreita relação entre os escolares e a filosofia cristã, em Durkheim, por seu turno, na sua consagrada obra *Evolução Pedagógica*,

encontramos uma estreita relação entre as escolas cristãs e monacais da Primeira Idade Média e as escolas contemporâneas no que diz respeito à sua organização e aos seus fundamentos. Segundo o autor, o sistema escolar contemporâneo principiou a existir na Primeira Idade Média, seja pela atuação da Igreja, seja pela presença dos mosteiros. Em suma, foi engendrado pelas instituições cristãs entre os séculos V e VII.

O próprio autor estabelece um paralelo importante entre os propósitos das escolas daquele período histórico e o seu contemporâneo. Evidentemente, os propósitos teóricos das escolas no século XIX não eram os mesmos da primeira Idade Média, especialmente quanto ao caráter religioso. Contudo, a essência formadora permanece a mesma, não só até o século XIX, mas também até os nossos dias. Continuamos a entender a escola como um lócus de formação geral, de estímulo e desenvolvimento de um pensamento universalizante e reflexivo, de compreensão das questões sociais que o medeiam, em última instância, que ensine o filosofar e não somente conteúdo programático.

Ora, para inculcar práticas, um simples adestramento basta ou até é o único eficiente, mas idéias e sentimentos não podem comunicar-se senão através do ensino, quer esse ensino seja dirigido ao coração ou à razão, ou a ambos ao mesmo tempo. Por isso é que, logo que foi fundado o cristianismo, a prédica, desconhecida na Antigüidade, assumiu um lugar importante; pois predicar, é ensinar. (DURKHEIM, 2002, p. 29)

As palavras do autor exemplificam o sentido da educação que consideramos

essencial para a formação dos homens em sua totalidade, ou seja, não se deve ensinar um conteúdo de forma isolada e mecanicamente, caso pretendamos formar pessoas e não indivíduos. Na verdade, existe uma profunda diferença entre essas duas finalidades da educação. Quando procuramos formar pessoas, estamos, na verdade, buscando formar seres capazes de estabelecer premissas sociais, inquietos com os problemas que o cercam, que buscam construir identidades coletivas. Pretendemos indivíduos voltados para um bem comum da sociedade. Quando nos preocupamos em formar indivíduos, no sentido de despejar conteúdos, estamos também formando homens, mas não estamos construindo identidades coletivas, princípios universalizantes direcionados à sociedade como um todo. Enfim, não estamos integrando este ser em uma comunidade. Insistimos na máxima aristotélica, seguida por Tomás de Aquino, de que o homem é um animal político que nasceu para viver socialmente. No entanto, não damos aos nossos alunos o sentido mais importante do ser humano, o ser coletivo, o ser que só existe mediante a existência e convivência com seus pares. Em última análise, não ensinamos ou, então, o que é ainda mais grave, retiramos de nossas crianças o sentido de pertencimento social.

Reside neste aspecto a característica essencial das escolas cristãs e monacais da primeira Idade Média. Premidos pela necessidade de dar ao que restará do Império romano (instituições e homens) e aos povos do norte (migrações nômades) que assolavam esse espaço uma forma de sociedade, os teóricos cristãos viram-se diante

da urgência de sistematizar um novo modo de vida e, com ele, um sistema de ensino que possibilitasse o desenvolvimento de um sentido de pertencimento social. Em suma, precisavam construir uma comunidade social que integrasse os homens e lhes dessem um sentido de universalidade.

Essa proposta de universalidade social, de integração dos homens, é transposta para o sistema de ensino adotado nas escolas cristãs e nos mosteiros. É ele que procura dar a esses seres uma identidade e o sentido vital de pertencimento e vínculo a uma comunidade, condição *sine qua non* para a existência dos homens em qualquer período histórico. Eis como isso aparece nítido na análise de Durkheim.

Na Antigüidade, o aluno recebia sua instrução de professores diferentes uns dos outros e sem nenhuma ligação entre eles. O aluno ia aprender a gramática na casa do gramatista ou do literato, a música na casa do citarista, a retórica na casa do retor, etc. Todos esses diversos ensinamentos juntavam-se nele, mas ignoravam-se mutuamente. Era um mosaico de ensinamentos diferentes cuja ligação era meramente externa. Vimos que a situação era totalmente oposta nas primeiras escolas cristãs. Todos os ensinamentos reunidos eram dados num mesmo local e, portanto, submetidos a uma mesma influência, a uma mesma direção moral. Era a que emanava da doutrina cristã; era a que fazia as almas. À dispersão de outrora sucedia-se, portanto, uma unidade de ensinamento. O contato entre os alunos e o professor dava-se, entretanto, a todos os instantes. [...] Ora, essa concentração do ensinamento constitui uma inovação fundamental, que testemunha a profunda mudança ocorrida na concepção que se tinha da natureza e do papel da cultura intelectual. (DURKHEIM, 2002, p. 34)

Ao salientar as diferenças existentes entre o ensino na Antigüidade e o ensino nas nascentes escolas cristãs, Durkheim evidencia a preocupação que os teóricos cristãos tiveram em estabelecer uma forma de ensino que agregasse as crianças, diferentemente do que acontecia no ensino antigo. Cumpre ressaltar que essa inquietação não nasceu somente de um preceito religioso e dogmático de converter todos ao cristianismo, mas da imperiosa necessidade de se erigir uma sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário considerar as diferenças existentes entre esses dois estados sociais. Assim, na Antigüidade (Polis grega, República e Império Romano), as instituições, as leis e o governo asseguravam a existência dos homens e, portanto, havia algo que os unia e definia a identidade coletiva, bem como o sentido de pertencimento social. Na sociedade cristã que emergia, ao contrário, a única coisa perceptível era o caos das instituições romanas e a ruína provocada pelos saques e pilhagens das migrações nômades que adentravam o espaço geográfico e social do que restara do mundo romano. Nesse cenário de crise social, a religião cristã assume o papel de governo e principia a construção de uma nova comunidade a partir daquilo que ela tem condições de erigir, ou seja, conta com os resquícios das instituições romanas, com o povo romano e os povos que emigram do norte.

Exatamente por estarem criando uma nova sociedade e novas identidades coletivas, os teóricos cristãos propõem uma forma original de ensino, bastante distinta, como nos mostra a passagem de Durkheim, do modelo greco-romano. Nessas escolas

nascentes, os escolares aprendiam, num único local e em conjunto, além dos conteúdos das sete artes liberais, as premissas fundamentais da universalidade cristã. Em última instância, apresentava-se para a sociedade um projeto de escola e de ensino no qual a preocupação primeira era agregar a pessoa dentro de um princípio geral. Desse modo, aí nasciam as raízes de uma instituição que conserva essas premissas até hoje: a de uma formação integralizadora e universal.

Os mosteiros são, pois, oriundos desse espírito de preservação, construção e integração universalista que permeava os ideais cristãos nos séculos V e VI da primeira Idade Média. Cumpre ressaltar que os mosteiros, então, expressavam, efetivamente, um momento novo e original na história do Ocidente, pois expressavam o lócus de preservação da cultura e da vida, como já foi dito anteriormente.

Segundo Pieper, os mosteiros, antes de tudo, especialmente o fundado por Bento de Núrsia, simbolizaram o início da Idade Média. O autor define o ano de 529 como um momento de transição entre as duas formas de filosofar, pois, nesse ano, Justiniano fecha a academia de Platão, expressão do filosofar antigo, e Bento de Núrsia funda o mosteiro que construiu o novo filosofar, prenhe do espírito cristão. Para ele, a escolha dessa data não é aleatória, mas uma evidência de que os homens não podem viver sem espaços destinados ao saber. No momento em que a antiga forma do saber, expressão do conhecimento greco-latino se encerra, os homens erigem um novo espaço, que possibilita o desenvolvimento dos novos saberes, portanto, do

novo filosofar, o cristão.

Naturalmente es imposible especificar un momento determinado, una fecha, para el comienzo de la Edad Media. No obstante se suele citar un año que posee un significado especial, simbólico por así decir. Es el año 529. [...] En el año 529 un edicto del emperador cristiano Justiniano cierra la Academia platónica en Atenas, [...] San Benito funda Montecasino; es decir, entre Roma y Nápoles, sobre un alto y junto a uno de las rutas estratégicas de la invasión de los bárbaros, surge el primer monasterio benedictino. Con ello se pone de manifiesto en realidad algo así como un límite en el que se tocan mutuamente dos edades, una pasada y otra que comienza. Sin embargo, la contraposición tiene un múltiple significado que no se deduce sin más de los acontecimientos del año 529, aunque éstos apunten a aquél (PIEPER, 1973, p. 19-20).

A fundação do mosteiro de São Bento é a constatação de que a nova sociedade que então emergia não sobreviveria sem um espaço próprio de preservação da vida e do conhecimento.

Durkheim, no texto já mencionado, também destaca a importância dos mosteiros da primeira Idade Média na preservação e construção dos saberes cristãos.

[...] O mundo parecia estar a ponto de acabar: orbis ruit, o mundo desaba para todos os lados, e multidões escapavam para locais desertos. Desde o início, porém, o cristão monacal distinguiu-se do hindu monacal, por exemplo, na medida em que jamais foi contemplativo. É que o cristão é obrigado a cuidar não só de sua salvação pessoal como também a da humanidade. [...] A verdade que possui não pode ser piedosa ou zelosamente conservada só para ele, mas deve ser difundida ativamente ao seu redor. Deve abrir à luz os

olhos que não vêem, deve levar a palavra de vida ao que a desconhecem ou não a ouviram, deve recrutar novos soldados para Cristo. Para isso é indispensável que não se encerre num isolamento egoísta; é preciso que, ao mesmo tempo em que foge do mundo, mantenha relações com ele. Assim é que os monges não foram simples solitários meditativos, mas sim ativos propagadores da fé, pregadores, conversores, missionários. Assim é também que ao lado da maioria dos mosteiros ergueu-se uma escola, na qual não só os candidatos à vida monacal como também as crianças de todas as condições e de todas as vocações vinham receber instrução ao mesmo tempo religiosa e profana. (DURKHEIM, 2002, p. 30 – Grifo nosso)

Acreditamos que as palavras de Durkheim contradizem determinadas definições de monges que temos da Idade Média como seres fechados e isolados em si mesmos e que viviam somente para a meditação. O autor nos descreve uma realidade contrária a essa imagem. Ao mesmo tempo em que os monges se isolam do mundo, um mundo em ruína, ressalte-se, eles também se aproximam dele para disseminar as idéias cristãs, cuidar dos povos, abrigar os viajantes, criar escolas para atender não só aqueles que pretendem seguir a regra, mas também aqueles que buscam uma formação.

Não podemos nos esquecer igualmente que os mosteiros eram considerados locais sagrados nessa primeira Idade Média, o que os protegia, em geral, dos saques e pilhagens que assolavam os demais espaços sociais. Em função dessas características, os monges conservam o sentido do viver em comum, sentimento que é essencial para a existência da sociedade. Ao

mesmo tempo em que se isolam da sociedade, criam para e nela uma possibilidade de integração social por meio da proteção e do ensino.

As palavras de Ullmann não nos deixam dúvidas acerca dessas funções dos mosteiros e, especialmente, das escolas monacais.

A atividade dos fundadores das primeiras escolas monacais e episcopais [...] estava vinculada a uma clara determinação política e religiosa, isto é, despertar na população a consciência de pertença ao império que estava surgindo. E, embora poucos tivessem acesso ao ensino ministrado, a eles se deve, contudo, o fato de o cristianismo não ter permanecido no nível quase mitológico. Pode-se dizer, também, que a formação dos Estados europeus, mais tarde, reside na consciência profana de emancipação adquirida nas escolas.

Cada convento beneditino possuía a sua biblioteca e um scriptorium ou sala de copistas, onde os monges reproduziam textos antigos. Harmonizavam sua divisa – ora et labora – com trabalho manual, intelectual e oração.

[...]

As escolas monacais e os mosteiros não viviam isolados. Além da troca epistolar, matinhavam intercâmbio de códices, os quais eram copiados para enriquecer os tesouros das bibliotecas. Salvaram-se, assim, muitas obras, que, sem o labor persistente dos monges, para sempre teriam desaparecido. Graças a eles, sobreviveram as humanidades clássicas. (ULLMANN, 2000, p. 35-37)

Ao descrever os principais papéis desempenhados pelos monges, este autor nos aponta para características que consideramos essenciais a qualquer instituição que desempenhe atividades voltadas para a

construção de uma dada sociedade e, por conseguinte, para o bem comum dos homens.

O primeiro aspecto que consideramos fundamental a essa instituição vinculasse à clareza com que cria e desenvolve um projeto político pedagógico de organização e direção social. Sob esse aspecto as escolas monacais não deixam margem para dúvidas, pois, desde o seu nascimento, estiveram direcionadas para o ensino e para desenvolver nos homens um sentimento de pertencimento social. O segundo aspecto, e de não menor relevância, foi o cuidado com que os monges se dedicaram à preservação dos conhecimentos antigos por meio do trabalho dos copistas. Essa preocupação foi essencial à conservação das obras greco-latinas, mas, fundamentalmente, despertou o espírito da leitura, da escrita, da preservação da língua latina. Como salienta Ullmann, graças a eles, “sobreviveram as humanidades clássicas”. São elementos essenciais para a preservação da cultura e condição básica para o ensino. Um terceiro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao caráter democrático (usamos esta palavra por ser a que melhor expressa o que pretendemos destacar aqui, mas não deve ser interpretada no sentido que lhe damos hoje) dos mosteiros. As escolas monacais não acolhiam somente aqueles que se destinavam à vida na Regra, mas cuidou de criar dois espaços destinados ao ensino: um para os futuros monges e o outro para a comunidade em geral.

Os mosteiros tinham um caráter paradoxalmente aberto, pois, ao mesmo tempo em que seu viver implicava isolamento,

as suas escolas abertas à comunidade, o seu papel de hospedeiros e a sua proposta política de universalização do cristianismo os tornavam instituições abertas para o conjunto da sociedade. Mais do que isso, criadora de princípios agregadores, destinados à construção de um bem comum. Esses aspectos, indubitavelmente, tornam os mosteiros locais de propagação do ensino e do viver social. Eis as razões porque os consideramos exemplos fundamentais às nossas atuais instituições de ensino.

## A regra de São Bento

Para Ullmann, e seguramente ele não é o único, “O movimento monástico atingiu a culminância com São Bento (480-543), verdadeiro fundador das escolas monacais, em sentido estrito” (ULLMANN, 2000, p. 34). As palavras do autor explicitam a importância de Bento de Núrsia para a divulgação do modelo monacal em todo o Ocidente. Ao longo de toda a Idade Média, e até os nossos dias, encontramos monges beneditinos. As suas regras tornaram-se preceitos educativos para toda a Idade Média, não só no interior dos mosteiros, mas regulou relações humanas na sociedade.

O espírito de São Bento era difundir uma organização da vida baseada nos preceitos religiosos e construir, por meio da educação, da submissão e do conhecimento intelectual, a comunidade cristã, na qual o mosteiro era a sua sólida fundação. Já no Prólogo da Regra ele destaca a função dela: “Devemos, pois, constituir uma escola do serviço do Senhor” (REGRA, 1993, p. 14). Esta concepção norteou todas as regras,

desde a que cuida da oração, da propriedade, do trabalho e da submissão até a escolha do abade. Em síntese, toda a vida e as escolhas do monge e dos homens devem ser feitas a partir da idéia do conhecimento e do projeto cristão de sociedade.

Desse modo, ao definirmos como uma de nossas fontes a proposta de educação cristã presente nas regras de São Bento, no século VI, acreditamos que poderemos entender um pouco mais sobre a educação no seu sentido mais geral, pois os 73 preceitos da Regra tratam diretamente do comportamento humano.

Evidentemente essa proposta está prenhe de conteúdo religioso, pois o homem que se pretendia formar por meio dos preceitos era um ser, não só cristão, mas também um homem que se devotasse integralmente a Deus e à religião cristã. Ora, se essa proposta educativa é tão distinta das atuais, em que medida então conhecer e analisar essa proposta nos permitiria conhecer a educação em um sentido mais geral?

O argumento que podemos oferecer a essa indagação, além dos já mencionados anteriormente, quando analisamos a historiografia da educação e da filosofia, só pode ser entendido a partir de nossa compreensão dos fundamentos da educação. Ou seja, de que a educação é um acontecimento total que acompanha os homens nos seus mais diferentes momentos da vida e que, insistentemente, procura inserir a criança no meio social em que ela vive.

Não podemos nos esquecer de que a Regra de São Bento apresenta uma proposta de educação para um momento muito peculiar e particular da história do

Ocidente. O século VI, século da criação do mosteiro de São Bento, é marcado pelo processo de desestruturação das instituições romanas, pela contínua chegada de migrantes nômades que assolam o Império Romano do Ocidente, desde fins do século IV; logo, é um período de grande comoção social.

É, pois, nesse cenário de perturbações que assistimos ao nascimento do mosteiro de São Bento e de sua regra. Por conseguinte, tanto o mosteiro como a Regra (que estamos tratando como proposta pedagógica) surgem em reposta a um dado momento histórico em que os homens precisam buscar caminhos e soluções para os novos problemas que surgem. Essas soluções passam, de acordo com São Bento, pelo bem viver cristão. Já no capítulo 4 da Regra, intitulado Quais são os instrumentos das boas obras, São Bento apresenta 78 máximas que devem fazer parte do viver monástico. Nelas, ressalta atitudes comportamentais que são importantes para o convívio social.

[...]

3. Em seguida, não matar;
4. Não cometer adultério;
5. Não furtar;
6. Não cobiçar;
7. Não dar falso testemunho;
8. Honrar a todos os homens;
18. Prestar socorro na tribulação;
22. Não satisfazer à ira;
24. Não guardar a falsidade no coração;
34. Não ser orgulhoso;
36. Não ser guloso;
38. Não ser preguiçoso;
47. Ter diariamente a morte como possí-

vel diante dos seus olhos;

51. Guardar sua boca das palavras más ou depravadas;

53. Não falar palavras vazias ou que só sirvam para o riso;

73. Voltar à paz antes do pôr-do-sol com quem se teve uma discórdia;

78. A oficina onde trabalharemos com dedicação nisso tudo são os claustros do mosteiro. (REGRA, 1993, p. 23-26)

Mencionamos algumas das 78 para se ter uma idéia de que as máximas propostas por Bento tinham por finalidade educar os homens para um determinado modo de vida que, em última instância, assegurava a existência da comunidade. Afinal, não furtar, por exemplo, implica um comportamento moral que assegura a existência da propriedade e da liberdade do outro. Não dar falso testemunho é um crime até hoje punido por lei, mas que implica também não mentir, ser reto. Não falar palavras vazias implica fazer uso da razão, refletir antes de falar, ou seja, fazer uso da principal qualidade humana, o intelecto. Aliás, a máxima 78 é um exemplo típico de que Bento entendia os trabalhos no mosteiro como um elemento importante para a estabilidade da comunidade.

Ao considerarmos essas máximas que fazem parte de uma das regras e as demais regras apresentadas por Bento, podemos observar que muitas delas são importantes para o convívio de qualquer comunidade: é-lhes indiferente se viver recluso no mosteiro, se viver na Idade Média ou na atualidade. São preceitos educativos gerais que devem fazer parte da formação do homem desde o seu nascimento. Logo,

imprescindíveis a qualquer pessoa que pretenda exercer atividades pedagógicas, pois nos ensinam, antes de tudo, que o papel da escola é dedicar-se ao ensino e ao saber para formar pessoas capazes de conviver em comunidade.

Se as Regras de São Bento ensinam máximas que preparam os homens para o convívio social por meio de preceitos que devem observar enquanto integrantes de uma comunidade, as Instituições de Cassiodoro revelam a importância dos mosteiros não só como local de proteção dos homens, os viajantes, mas também como de difusão do saber, valorizando as atividades do copista (Capítulo 30).

### **Cassiodoro (c. 485-580)** ***Instituições* - Cap. 30. Sobre os copistas e a recordação da ortografia**

De acordo com Lauand, “[...] a grande contribuição de Cassiodoro foi perceber que esse componente fundamental para a educação, a *skholé* – as condições (exteriores e interiores) de tranquilidade e abertura da alma para o estudo –, só podia dar-se, na época, no mosteiro” (LAUAND, 2006, p. 1).

Cassiodoro funda, em 555, o mosteiro de Vivarium, iniciando um intenso trabalho de preservação do conhecimento antigo e, fundamentalmente, de ensino desta cultura ao lado dos escritos sagrados do Cristianismo. Exatamente por ter em mente a preservação da cultura e do ensino, ele estimulou neste mosteiro as atividades do copista. A nosso ver, é por valorizar esta atividade que Cassiodoro dedica o ca-

pítulo 30 às atividades do copista, chamando a atenção para o fato de que, de todas as funções existentes no mosteiro, a do copista é a que mais lhe agrada.

Quanto a mim, eu vos manifesto minha predileção: entre as tarefas que podeis realizar com esforço corporal, a dedicação dos copistas, se escrevem sem erros, é – e talvez não injustamente – o que mais me agrada. Pois, relendo as Escrituras divinas, instruem de modo salutar sua mente e copiando espalham por toda parte os preceitos do Senhor. (CASSIODORO, *Instituições*, cap. 30)

Na atividade do copista, três aspectos necessários à formação do homem da primeira Idade Média se destacam. Em primeiro lugar, a valorização do trabalho. Afinal, ao copiar os escritos, os monges trabalham. Em segundo lugar, a difusão do saber: ao copiar um escrito sagrado ou profano, o monge copista divulga e conserva a memória do conhecimento produzido pelos homens. Em terceiro lugar, o copista contribui para a formação das pessoas, especialmente dentro do espírito cristão, pois dissemina o evangelho.

Ao prosseguir em sua reflexão sobre a atuação do copista, Cassiodoro salienta que ele desempenha um papel fundamental no processo de construção da identidade cristã, pois sua atividade é “[...] o pregar aos homens com a mão, abrir línguas com os dedos, dar em silêncio salvação aos mortais e – com a cana e a tinta – lutar contra as ilícitas insinuações do diabo.” (CASSIODORO, *Instituições*, cap. 30) Ao mostrar que o copista, mesmo em silêncio, divulga a palavra cristã e propicia a salvação das almas, Cassiodoro nos mostra

quanto esta atividade foi importante para a construção do ideal cristão, pois contribuiu para a difusão desta idéia tanto quanto os demais pregadores do cristianismo.

Mais à frente, em suas reflexões, Cassiodoro explicita algo fundamental no processo educativo, ou seja, a idéia de que o copista dissemina o conhecimento mesmo estando ausente e distante daquele que o recebe.

[...] Ele, permanecendo em seu lugar, percorre diversas províncias com a disseminação de suas obras. Seu trabalho é lido em lugares santos. Os povos ouvem e podem renunciar à sua vontade perversa e servir o Senhor com mente pura. Com seu trabalho, ele age, mesmo estando ausente. (CASSIODORO, Instituições, cap. 30)

Destacaremos dois últimos elementos desse capítulo de Cassiodoro acerca da atividade do copista. A primeira é quando associa a palavra livreiro à idéia de justiça “[...] Muitas coisas podem se dizer desta tão ilustre arte, mas basta chamá-los de livreiros [librarios], que se consagram à libra [balança] da justiça do Senhor” (CASSIODORO, cap. 30). O copista, ao difundir o conhecimento, estaria também contribuindo para o equilíbrio da justiça, pois os homens, de posse do conhecimento das palavras sagradas, agiriam de forma reta, contribuindo, assim, para o convívio social.

A segunda é quando valoriza a qualidade de artista do copista.

Acrescentamos a esses autores, artistas doutos na cobertura de livros para que a beleza das letras sagradas se vestisse por cima com ornato: imitando talvez de algum modo aquele exemplo da párbola do Senhor, que cobriu com vestes nupciais

àqueles que julgava que deviam ser convidados ao banquete celestial em Sua glória. (CASSIODORO, Instituições, cap. 30)

Afinal, as iluminuras que o monge fazia ao copiar as palavras, especialmente as letras iniciais, serviriam para embelezar a palavra do senhor e, com isso, valorizá-la ainda mais. Não podemos nos esquecer que naquele momento da primeira Idade Média, os homens com os quais os teóricos cristãos contavam para erigir a sociedade cristã eram os povos nômades e a plebe romana. Daí a importância de destacar o belo, inclusive como uma forma de atrair e sensibilizar esses dois povos que viriam construir a nova sociedade.

As palavras de Cassiodoro sobre os copistas, do mesmo modo que as regras de São Bento sobre o convívio diário dos monges, nos servem de grandes exemplos. Neles está presente o sentimento do que seja uma escola. Ou seja, ela precisa difundir o conhecimento como os copistas o fizeram; ela precisa estabelecer regras de convívio social como os monges o fizeram; e, acima de tudo, apresentar aos seres que a freqüentam ou convivem em suas mediações caminhos e idéias capazes de conservar, construir e consolidar ideais coletivos de sociedade/comunidade. Evidentemente não estamos nos referindo somente à escola da nossa rua, embora ela também deva desempenhar esses papéis, mas, fundamentalmente, à Instituição maior que conduz as crianças de um país, de um continente. Afinal, os mosteiros medievais, do mesmo modo que nossas escolas atuais, se difundiram por todo o Oriente e pelo Ocidente, mas foi no Ocidente que eles se

transformam na instituição formadora de bem forma a sociedade.  
homens, pois que é a instituição que tam-

## Referências

CASSIODORO, Sobre os copistas e a recordação da ortografia – Cap. 30. In: LAUAND (Trad.) Cassiodoro e as instituições: o Trabalho dos Copistas. Disponível em: <[www.hottopos.com](http://www.hottopos.com)>. Acesso em: 13 fev. 04.

DURKHEIM, Emile. A evolução pedagógica. São Paulo: Artmed, 2002.

GRABMANN, Martin. Filosofia Medieval. Barcelona: Labor, 1949.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. História da Educação na Idade Média. São Paulo: Edusp, 1979.

OLIVEIRA, Terezinha. Escolástica. São Paulo/Porto: Mandruvá/Instituto Jurídico Interdisciplinar, 2005. Coleção Nontandum – Série Libro 4.

PIEPER, Josef. Filosofia Medieval y Mundo Moderno. Madrid: Rialp, 1973.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. A Universidade Medieval. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

**Recebido em 29 de abril de 2007.**

**Aprovado para publicação em 26 de maio de 2008.**